

# CONFERÊNCIA DE IMPRENSA



ANS



ANMM



ASPPM



AP



COMIL

Com o objectivo de dar conta das suas preocupações e face à análise efectuada da denominada Reforma da Saúde Militar que o Governo pretende levar a cabo as organizações representativas - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MILITARIZADOS DA MARINHA, ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA, ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS E COMISSÃO DE MILITARES – realizaram hoje pelas 16H30 uma Conferência de Imprensa que ocorreu na sede da Associação de Praças que contou com a presença da Lusa TV, da Rádio Renascença e do Correio da Manhã. Abaixo se transcreve o comunicado conjunto que serviu de base à conferência.



## NÃO À DESTRUIÇÃO DA SAÚDE MILITAR

Reunidas, em Lisboa, para analisarem a concretização da denominada Reforma da Saúde Militar que o Governo pretende levar a cabo, as organizações representativas – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MILITARIZADOS DA MARINHA, ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA, ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS E COMISSÃO DE MILITARES – concluíram:

1. Não fazer sentido avançar com o processo de encerramento de qualquer das Unidades Hospitalares existentes, sem a completa determinação do que e onde será o futuro Hospital das Forças Armadas.
2. Que a concretização da Reforma da Saúde Militar, publicada no Despacho nº 10826/2010, de 16 de Junho, mais não consubstancia do que o verdadeiro calendário de encerramento da Unidade Hospitalar de Santa Clara (antes denominado Hospital da Marinha).
3. Não estarem garantidas os Sigilos Pessoais e Médicos nas transferências das actuais valências médicas para os futuros Serviços de Utilização Comum (SUC), agora também designadas de Serviços Conjuntos, pondo em causa a Privacidade Individual dos Doentes, a relação de confiança entre doente e Médico e o próprio procedimento do acto médico.
4. Que o calendário anunciado para a criação dos serviços conjuntos retira, até 15 de Dezembro, à Unidade Hospitalar de Santa Clara, as seguintes valências: Endocrinologia, Hematologia, Imunohemoterapia, Infecçiology, Nefrologia, Oncologia, Reumatologia, Dermatologia, Medicina Nuclear, Cirurgia Vasculuar, Neurocirurgia, Ortopedia, Urologia, Cirurgia Plástica, Gastrenterologia, Ginecologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Pneumologia. Perguntamos, o que restará, naquela data, desta Unidade Hospitalar?

O mesmo despacho que calendariza a transferência destas valências, estipula que “poderá (sublinhado nosso) manter-se transitoriamente, na Unidade Hospitalar de Santa Clara, o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica, até à implementação do novo Hospital das Forças Armadas”. Poderá transitoriamente, isto é, não significa que se mantenha de facto, sendo o mais verosímil que saia já, de forma a poder encerrar definitivamente esta unidade hospitalar.

# CONFERÊNCIA DE IMPRENSA



ANS



ANMM



ASPPM



AP



COMIL

5. A criação dos Serviços Conjuntos, feita para alcançar o objectivo do encerramento de Unidades Hospitalares, não contribui para a melhoria dos cuidados de Saúde prestados, antes pelo contrário – degrada-os! Para justificarmos esta afirmação poderíamos fazer suporte em variadíssimos casos, que muitos de nós, utentes dos diferentes serviços, conhecemos. Por demais elucidativo, apresentamos apenas um, até por se tratar de um futuro serviço conjunto, a Oftalmologia:

- Em Maio passado um Militar dirigiu-se à consulta de Oftalmologia da Unidade do Lumiar (antes conhecido como Hospital da Força Aérea) para marcar uma consulta. Foi-lhe dito só o poder fazer em Novembro e que na melhor das hipóteses teria a consulta em Maio ou Junho de 2011, isto é, um ano depois de verificada a necessidade.

De acordo com a Reforma preconizada pelo Governo, é este o serviço que irá integrar os restantes serviços de Oftalmologia Militares existentes. Alguém pode acreditar que este serviço melhorará com a fusão proposta?

6. O Governo esforça-se em explicar que a Reforma da Saúde Militar tem por objectivo a contínua melhoria da Assistência Hospitalar aos Militares e à Família Militar e a concentração de valências que agora se fará constituirá a demonstração prática da realidade de tal melhoria.

O simples exemplo apresentado no número anterior leva-nos a acreditar, precisamente, no contrário. O conhecimento que temos da experiência que foi a criação da ADM, também justificada pelo Governo com os mesmos objectivos, valida e reforça esta nossa convicção.

7. O Governo nos últimos anos, por razões economicistas ou para eliminar ou reduzir direitos há muito adquiridos, tem vindo a encerrar serviços usando sempre esta técnica para os justificar e quebrar a resistência dos lesados com tais decisões. Foi assim com o fecho das Esquadras de Polícia, com as Maternidades, com as Urgências Hospitalares, com os Serviços de Assistência Permanentes (SAP'S), com as Escolas, com as Estações de Comboio, com as Estações dos Correios, etc.

Não se conformando com este estado de coisas, nem com a política dos factos consumados, as organizações presentes na reunião de Lisboa, deliberaram:

- A. Promover uma Conferência de Imprensa no dia 9 de Julho, pelas 16H30, na sede da Associação de Praças \*.
- B. Promover uma Tribuna Pública, sobre a Saúde Militar, no Largo de S. Domingos, em Lisboa, no dia 21 de Julho, pelas 18H00.
- C. Prosseguir com determinação e unidade os esforços no sentido de defendermos os Direitos da Família Militar.

**REFORMAR NÃO É DESTRUIR!  
RACIONALIZAR NÃO É ENCERRAR!  
NÃO À DESTRUIÇÃO DA SAÚDE MILITAR!**

Os Presidentes das Organizações Subscritoras  
ANS, ANMM, ASPPM, AP e COMIL

Lisboa, 9 de Julho de 2010